

**CEDI****Povos Indígenas no Brasil**Fonte: O PopularClass.: 281Data: 04.04.89

Pg.: \_\_\_\_\_

## *Mudança em ilha preocupa 3 mil índios*

Os três mil índios que habitam a Ilha do Bananal - das nações Karajá e Javaé - estão apreensivos com a intenção do Governo do Tocantins de transformar o local em município. Eles já programaram uma reunião para avaliar a extensão do problema, pois temem que o projeto de municipalização possa acelerar o processo de devastação da ilha, aumentando também o índice de violência. Os estudos a respeito vêm sendo desenvolvidos por uma comissão de técnicos presidida pelo deputado Siqueira Filho. Os detalhes da proposta são ainda desconhecidos. A Ilha do Bananal é dividida em duas partes, com mais de 2 milhões de hectares. (Página 7)

**CEDI**

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Popular

Class.: 281

Data: 04.04.89

Pg.: \_\_\_\_\_

# Índio apreensivo com municipalização da Ilha

As comunidades Karajá e Javaé que habitam a Ilha do Bananal - num total aproximado de três mil índios - estão apreensivas com a intenção do governador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos, de transformar a ilha em município, e já programam uma reunião entre as aldeias para avaliar o problema. Sob a presidência de Siqueira Júnior, filho do Governador, foi nomeada uma comissão especificamente para estudar e desenvolver o projeto, mas seus técnicos negam-se a fornecer informações detalhadas na ausência do presidente, que se encontra em viagem ao exterior.

Sem terem sido consultados sobre a criação do município Ilha do Bananal - atualmente composta por um parque indígena, de 1 milhão 650 mil hectares, e pelo Parque Nacional do Araguaia, com área aproximada de 500 mil hectares - os índios temem que a idéia de Siqueira Campos acelere o processo de devastação e violência naquele santuário, contribuindo para a degradação cultural das tribos, e impondo um modelo de vida prejudicial às comunidades. Foi o que ouviu o superintendente de Assuntos Indígenas da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Idjarruri Karajá, de três caciques das aldeias São Domingos, Santa Isabel do Morro e Javaé, os quais telefonaram a Goiânia querendo confirmar os boatos que passaram a circular na região. "A ocupação dos Karajá na ilha é milenar. Eles foram os primeiros a chegar naquela área, mas a notícia da municipalização sequer lhes foi comunicada oficialmente", protestou Idjarruri Karajá.

### OCUPAÇÃO BRANCA

O Superintendente de Assuntos Indígenas nasceu na Ilha do Bananal, onde ainda hoje vivem seus sete irmãos, na aldeia Santa Isabel. Permanecendo ali até os 13 anos de idade, Idjarruri acompanhou o processo de alcooliza-

ção dos índios, que ele atribui principalmente à construção de um hotel cinco estrelas na reserva, na época de Juscelino Kubitschek. Por isso ele se assusta com a possibilidade do não índio voltar a ocupar intensamente a ilha, a partir de sua transformação em município. "As aldeias vão acabar virando sub-prefeituras. Isso é um absurdo nacional", afirma o índio. Em suas tênues lembranças de infância lhe aparecem imagens de "homens de gravata" circulando pelas aldeias, hóspedes do hotel de luxo, e protegidos por policiais fortemente armados. "Não podemos aceitar que o erro se repita, e que o sofrimento, a desilusão das comunidades indígenas sejam reforçados".

Apesar do governador Siqueira Campos assegurar que a emancipação da ilha serviria para estabelecer mecanismos e condições de preservação do santuário ecológico, oferecendo maior ajuda aos indígenas, através da atuação das autoridades regionais, o Superintendente de Assuntos Indígenas considera a medida como "um contra-senso ecológico", exatamente em um momento em que o Brasil está sendo pressionado pelas forças internacionais a respeitar a natureza. Na sua opinião, esta será uma forma de proporcionar a fixação definitiva dos fazendeiros que ocupam irregularmente a área, ali estabelecidos ou usuários de sua vegetação, que serve como alimento para o gado na época de seca.

Idjarruri se preocupa também com notícias correntes de que a Ilha do Bananal poderia vir a ser transformada em pólo turístico, o que ele acha que poderá alterar comportamentos e levar vícios para as aldeias. Assim, como membro da tribo Karajá, pretende entrar em contato com o Governador do Tocantins, levando-lhe a preocupação de seu povo. Afinal, lembra o índio, a área consiste em duas reservas federais, que devem ser obrigatoriamente preservadas.

## Funai já amplia o ensino

Partindo da premissa de que a política educacional para o indígena deve estar voltada à existência de programas que reflitam seus verdadeiros interesses e necessidades, e com vistas a fixá-lo em seu habitat, a Superintendência Regional da Funai em Gurupi está ampliando, em nível regional, o ensino da primeira fase do 1º Grau adotado nas áreas indígenas. A princípio, a medida consiste na ampliação da 4ª e 5ª séries e está sendo efetivada no Posto Indígena de Canoanã, de índios Javaé, no município de Formoso do Araguaia (TO).

Segundo Lusmar Soares Filho, administrador da Funai em Gurupi, a ampliação do ensino nessa área indígena está recebendo o engajamento da própria comunidade indígena, através de seus líderes e do prefeito de Formoso do Araguaia, Domingos Pereira, que muito tem assistido àquela comunida-

de, sendo responsável pela contratação de dois dos três professores para a nova série, doação de merenda escolar e ajuda em outros aspectos.

O administrador regional anunciou que, uma vez levado a cabo, o curso será gradativamente ampliado nessa área indígena, devendo já funcionar no próximo ano letivo a 6ª série do 1º Grau. Também é pretensão da Regional estender a outras áreas jurisdicionadas este curso. Conforme Lusmar Soares, o calendário curricular será específico e atenderá às exigências básicas da comunidade tribal. Como parte do curso foi introduzida a disciplina Técnicas Agrícolas Práticas, em fase de estruturamento.

Essa matéria, além de levar conhecimento teórico, proporcionará aos índios estudantes o desenvolvimento prático, através de projetos de horticultura.